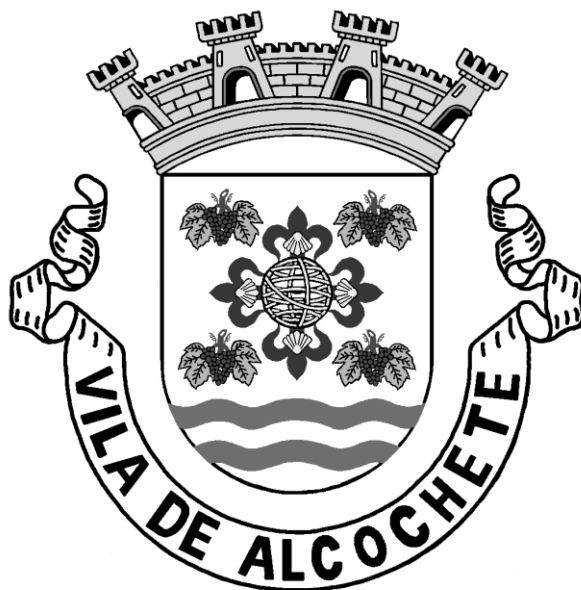




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03/17

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 27 DE ABRIL
DE 2017**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, João Ladislau Teles de Matos, Henrique Infante da Câmara, Sérgio Miguel Pratas Duarte; Luís Manuel Teopisto Cardoso, Rui Manuel da Graça Santa, Ana Cristina Tavares Almeida Brandão e Paula Alexandra Ferrão Pereira.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares e Manuel Carlos Bento Fradiano.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Pedro Miguel Tarú Canteiro.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU).

Faltaram à sessão:

- Isabel Maria Trindade, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Miriam Pires Boieiro.

- Mário Luís Pintado Alves, por motivos de assistência familiar, tendo sido substituído por João Ricardo Figueiredo Lopes.

- Patrícia Pinto Felizes Figueira, por motivo de assistência a familiar, tendo sido substituída por José Paulo Sena.

- João Manuel Alves Nunes do Valle, por motivo de saúde, tendo sido substituído por Pedro Louro.

- Luiz Branco Batista, por se encontrar ausente do concelho, Maria da Graça Cabral por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituídos por António Manuel Dias Lourenço.

- Maria Amélia Martins Faria dos Santos, por motivo de saúde.

- António Joaquim Gomes Almeirim.

- Luís Miguel Fernandes Madeira.

As justificações de falta foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Francisco José da Fonseca Giro e Vasco André Marques Pinto.

Presente o pedido de suspensão do mandato de Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos com efeitos a partir de 11 de abril de 2017 e até final do mandato. Face ao pedido, procedeu-se à votação para o lugar de 2.º secretário da Assembleia Municipal.

A bancada da CDU indicou Sérgio Miguel Pratas Duarte.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- 19 votos a favor
1 voto em branco

Desta forma, ficou eleito Sérgio Miguel Pratas Duarte para 2.º secretário da Assembleia Municipal.

Ainda em função deste pedido, tomou posse como deputada da Assembleia Municipal Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão, após ter prestado juramento legal e assinado a respetiva ata.

O presidente da Assembleia colocou à discussão as seguintes atas:

- Ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2017:

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão extraordinária de 23 de março de 2017:

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Miriam Boieiro, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “25 de Abril e 1.º de Maio”

Submetida à discussão, usou da palavra Natacha Patinha, que afirmou não saber o que é viver sem o “25 de Abril”, dado ter nascido depois, num país já livre, onde foram conquistados os direitos e liberdade de expressão, não sabendo por isso o que é viver em ditadura. Deve isto aos homens e mulheres que lutaram para que isso acontecesse. Os seus avós (bem como muitos outros) foram presos e torturados pela PIDE, lutando para que todos possam estar nesta Assembleia e expressarem-se livremente. É também por este motivo que a CDU continuará ano após ano a festejar o “25 de Abril”.

Referiu que o 1.º de Maio (Dia do Trabalhador), é também uma conquista dos trabalhadores que neste momento têm vindo cada vez mais a ver os seus direitos reforçados, muito graças aos acordos de esquerda que foram celebrados e têm dado frutos, sendo o mais evidente, o aumento do salário mínimo, não esquecendo porém, que a precariedade ainda existe muito graças às políticas seguidas nos últimos anos, que afundaram economicamente o país e criaram condições para que esta exista não só nas pequenas empresas mas também nas grandes.

A CDU festejará sempre o Dia do Trabalhador para que os seus direitos não sejam esquecidos e sejam reforçados, para que os jovens não tenham que sair de Portugal pelo facto de este país não ter nada para lhes oferecer.

Durante a leitura do documento entrou na sala José Paulo Sena.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 16 votos a favor (13 da CDU e 3 do PS) e 5 abstenções (3 do CDS-PP e 2 do PSD).

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Não foram solicitados esclarecimentos, não se registando assim, a intervenção do presidente da Câmara ou de qualquer outro eleito.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Paulo Alves:

Referiu que ao longo dos dois últimos anos tem remetido à Câmara, queixas motivadas pela falta de limpeza urbana, na zona onde reside, ou seja na Quebrada Norte, em Alcochete, mas não tem tido resposta às mesmas, pelo que mais uma vez, vem solicitar que a limpeza seja feita, porque a zona mais parece uma “floresta”, correndo-se inclusive o risco de acontecerem focos de incêndio.

Alertou também para o facto de quando ocorre a mudança de hora, durante umas semanas as lâmpadas acenderem tardiamente, solicitando por isso maior fiscalização nesta área.

- Sr.^a Ana Rita Garcia Dias:

Informou que no dia 30 de dezembro do ano findo, solicitou por *e-mail* à Câmara explicação relativamente à fatura da água, contudo até hoje, ainda não obteve resposta. Entende que 4 meses é tempo mais que suficiente para que os Serviços lhe respondam.

- Sr. Carlos Fernandes:

Afirmou ter sido emigrante cerca de 40 anos e ter regressado a Portugal há pouco tempo. Adquiriu uma propriedade em Alcochete há cerca de 8 meses para construir uma habitação, (tendo de início a Câmara dito que não tinha problema em construir) mas segundo diz, posteriormente, os Serviços da Câmara informam que não pode construir de acordo com o pretendido. Por diversas vezes o seu advogado e a senhora que trabalha para ele já tentaram marcar uma reunião com o senhor presidente da Câmara para tratar deste assunto, mas até à data ainda não conseguiram, o que considera ser uma situação estranha, pelo que veio à sessão para lhe ser explicado o que se passa.

É morador na avenida D. Manuel I, no lote 34, em Alcochete e na frente existe uma casa em ruínas que está a ser utilizada como lixeira, solicitando por esse facto, que a fiscalização atue e poder assim evitar danos maiores que possam dali advir.

Chamou também a atenção para o desperdício no consumo de água quando chove e a rega se mantém, como acontece na zona da praia, em Alcochete.

O presidente da Câmara em resposta a Paulo Alves, referiu que são pertinentes as questões colocadas relativamente à Quebrada Norte. Reconhece que a Câmara poderia regularmente proceder a algumas ações de limpeza e desmatação, contudo, em bom rigor aquela urbanização não foi concluída e com a sua não conclusão devido a algumas inconformidades com algumas obras de urbanização (estradas, passeios, espaços verdes e espaços lúdicos para crianças), os espaços públicos não foram rececionados, ou seja, não estão integrados no domínio público municipal e no plano formal jurídico, não existe um dever jurídico da Câmara no sentido de gerir as referidas áreas. Torna-se difícil neste plano realizar ações de limpeza e higienização e posteriormente imputar os custos a uma massa insolvente, já ela, porventura insuficiente para fazer face a todos os encargos ou a todos os créditos apresentados pelos credores. No entanto, a Câmara assume o compromisso de pelo menos semestralmente tentar realizar as ações de limpeza e desmatação, tentando depois imputar os custos à massa envolvente do cliente. Esclareceu ainda, que não se pode esperar que após a limpeza esta zona possa ficar de acordo com o projeto como se as obras estivessem concluídas.

Em relação à rua do Láparo (e vive na urbanização que também é servida por esta via) tornou-se de facto com o tempo uma via estrutural de acesso e saída de Alcochete, quando até há uns anos atrás, era apenas rural. A realização da infraestrutura estava

associada a um empreendimento imobiliário que também foi declarado insolvente, contudo neste caso e apesar da morosidade, a Câmara conseguiu junto da instituição financeira titular da garantia bancária o financiamento necessário para a realização da obra, estando para breve o lançamento do processo concursal.

Quanto à questão apresentada por Carlos Fernandes, afirmou que não conhece o assunto em concreto, dado que há já alguns meses delegou o pelouro da gestão urbanística em sentido restrito, no vereador Jorge Giro, ou seja, o presidente no início do mandato concentra em si todos os poderes e posteriormente delega poderes em alguns vereadores, portanto, quando há algum problema, parece-lhe lógico e curial que num primeiro momento a articulação entre o cidadão e o eleito seja no vereador que tem o pelouro delegado.

Em abstrato, poder-se ou não construir uma habitação é uma decisão técnica em função dos instrumentos de gestão do território que estão em vigor, nomeadamente o PDM. O poder ou não construir uma vivenda não depende de decisão política, mas sim do tratamento técnico e do suporte técnico para que depois o eleito produza o seu despacho, mas em conformidade na grande maioria dos casos com o parecer técnico.

Manteve durante muitos anos a gestão urbanística (neste momento tem apenas o planeamento) e delegou a gestão urbanística no vereador Jorge Giro. Por diversas vezes foi confrontado com pretensões por parte de senhoras e senhores que não eram exequíveis no plano técnico, jurídico e não podia produzir despacho relativamente às pretensões. O urbanismo é uma matéria muito sensível, tendo havido inclusivamente evoluções do ponto de vista jurídico, para além da responsabilização política em caso de violação dos instrumentos de gestão do território, nomeadamente em caso de violação do PDM. A responsabilidade produz-se através da perda de mandato e há ainda responsabilidade civil reintegratória se houver produção de danos e há também responsabilidade criminal. No domínio da gestão urbanística não há grande margem para que o eleito em função de um parecer técnico possa desrespeitar esse mesmo parecer.

- Sr. Carlos Fernandes:

Compreende que o presidente não conheça o seu caso, mas acha que o presidente se deveria informar, porque está a prejudicar um cidadão. Dos últimos contactos que teve com a Câmara Municipal, o seu arquiteto e a senhora a quem paga todos os meses, informam-no que isto tem que passar por uma solução política, porque os técnicos já “limparam” as mãos. Em virtude de tudo isto, perguntou quanto tempo tem que estar um cidadão à espera de uma solução, tanto mais que foi um funcionário da Câmara a dizer que se pretendesse construir um condomínio fechado não tinha problema, mas tem se pretender construir uma habitação.

Afirmou que o problema apontado pela Câmara já existe desde 1953, ou seja, a serventia existente serve para um condomínio mas não serve para uma só casa.

- Vereador Jorge Giro:

Esclareceu que a zona da Quebrada Norte não está em consonância com as perspetivas que as pessoas tinham quando foram para ali residir. Na verdade, todos os anos por esta altura do ano através do setor de fiscalização, a Câmara notifica os donos dos terrenos para procederem à desmatação dos mesmos, contudo, nem todos o fazem. Apesar de a Câmara se poder substituir a estes, quando se trata de insolvências, é como se a Câmara estivesse a fazer trabalhos de borla dada a dificuldade em ser ressarcida de qualquer montante.

Não havendo recursos humanos para dar resposta, a Câmara irá em breve contratar uma empresa para colmatar as falhas na manutenção dos espaços verdes.

Referiu também, que existem dúvidas quanto à titularidade dos terrenos indicados por Paulo Alves, aguardando por isso os devidos esclarecimentos.

Lamentou que Ana Rita não tivesse ainda obtido resposta por parte dos serviços da Câmara. Não conhece o problema, tanto mais que a Câmara emite mensalmente cerca de 9 300 faturas, mas irá indagar o que se passa.

Relativamente às taxas, a Câmara cumpre a legislação e foi a última a atualizar o tarifário no distrito. A água não é cara, o que a encarece são as taxas adicionais.

Em resposta a Carlos Fernandes, informou que no dia 21 de março, reuniu com ele e com o arquiteto Álvaro Tavira, (técnico da Câmara responsável pela área de Cercal de Baixo) local onde o município pretende construir uma moradia. Foi explicado que o procedimento é o de previamente consultar a Câmara e saber da viabilidade pretendida, mas isso não aconteceu.

Afirmou que a questão não é política, mas sim técnica. Pode reabilitar as casas que se encontram no local, mas não pode construir de novo de acordo com o PDM. O terreno não está infraestruturado e não possui estrada de serventia para a rua e portanto, perante estes factos não pode construir de novo. O ofício com o parecer técnico já lhe foi remetido. Existe a possibilidade de transformar a via, mas para tal, Carlos Fernandes terá que entrar em conversações com o vizinho do lado para que lhe ceda um pouco de terreno e poder infraestruturar a estrada.

Reiterou, que caso, o presidente ou ele autorizassem a construção com a atual serventia, ficavam sujeitos às medidas atrás mencionadas pelo presidente.

- Vereador José Luís Alfélua:

Esclareceu que a iluminação pública é da responsabilidade da EDP, mas também qualquer município pode telefonar de forma gratuita para a EDP sempre que tenha conhecimento de alguma anomalia.

Em relação à situação apresentada, tratou-se muito provavelmente de uma avaria, em virtude de os PT já terem colocados relógios astronómicos, cujo horário de funcionamento é estipulado pela Câmara (ligar 15 minutos depois do por do sol e desligar meia hora antes do nascer do sol).

- Sr. Carlos Fernandes:

Afirmou (de forma exaltada) que os eleitos estavam a dar informações falsas ao povo e que ele é que sabe a verdade e que o assunto irá para Tribunal.

- Presidente da Câmara:

Afirmou que não recebe lições de honestidade e dignidade de ninguém. Aliás, o comportamento de Carlos Fernandes é típico de certos processos de aculturação a que são submetidas certas pessoas, as quais quando retornam aos seus locais de origem pensam como o holandês que verbalizou aquela célebre frase, de que “nos países do sul a malta gasta o dinheiro em copos e mulheres.” Na verdade, em Portugal há regras. Estamos num Estado de Direito Democrático.

Concluiu, dizendo que se Carlos Fernandes se sente de alguma forma lesado com qualquer ato praticado pela Câmara Municipal de Alcochete, porque estamos num Estado de Direito Democrático e os tribunais são independentes do poder político, então pode intentar contra a Câmara Municipal a competente ação judicial para fazer valer os seus interesses e direitos. Em bom rigor, quem mentiu, foi quem afirmou que não tinha sido recebido pelo presidente da Câmara e é correto, mas foi recebido pelo vereador do pelouro, há cerca de um mês, onde tudo lhe foi explicado.

Não admite este tipo de juízo de valor, pelo que a Câmara não iria responder mais a esta matéria durante a presente sessão.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Colocado à discussão não se registaram intervenções.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, tendo de seguida sido retomados os trabalhos.

Carlos Fernandes saiu da sala durante o intervalo da sessão.

PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2016

Submetidos à discussão, apenas se registou a seguinte intervenção:

- Presidente da Câmara:

Realçou que os documentos apresentados falam por si próprios, no sentido de inequivocamente afirmarem que a Câmara Municipal se encontra numa situação financeira muito confortável, que resultou da execução rigorosa de um Plano de Saneamento Financeiro, aprovado por unanimidade na Câmara e quase por unanimidade na Assembleia Municipal (exclusão de Luiz Batista que apesar de não discordar das medidas constantes do PSF, não confiava na capacidade de quem as pretendia executar para que os resultados fossem obtidos). Tão pouco foi necessário alienar património da Câmara o que é extremamente positivo.

Do ponto de vista da realização da despesa, a Câmara executou receitas e demonstrou que cada vez mais e a partir do momento que se deixou de incluir nos documentos previsionais a potencial alienação de terrenos estes passaram a ser muito mais rigorosos. Porém, estes documentos também demonstram que o município de Alcochete continua, infelizmente, a assentar a sua atividade nos impostos diretos e nas suas fontes primordiais de financiamento que passam pelo IMI, IMT e também pelas descentralizações decorrentes do Orçamento de Estado.

Os documentos demonstram também que a dívida de curto prazo tem vindo a ser reduzida de forma muito significativa o que demonstra a relação da Câmara com os seus fornecedores. Fala-se de uma dívida que ascende a 4 milhões e 300 mil euros, sendo que mais ou menos 4 milhões e 200 mil euros têm que ver com a relação que envolve a Câmara e a Simarsul, dado que a Câmara não reconhece uma parcela da dívida, por não terem sido respeitados os pressupostos que estiveram subjacentes à criação do sistema. Quanto aos outros credores rapidamente lhes é pago.

São estes resultados que permitem à Câmara estar a desenvolver procedimentos conducentes à concretização de investimentos, recorrendo ao aproveitamento de Fundos Comunitários e ainda em alguns casos ao aproveitamento da capacidade de endividamento do município, que tem uma capacidade total que ultrapassa os onze milhões de euros.

Referiu ser a primeira vez que na apreciação e discussão destas matérias não se colocarem questões por parte das outras forças partidárias.

Lembrou que desde 2011 muitas das medidas implementadas pelo PSD e pelo CDS tiveram repercussões na saúde financeira dos municípios e em particular na Câmara Municipal de Alcochete, com clara violação da autonomia do Poder Local.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU e 8 abstenções (3 do PS, 3 do CDS-PP e 2 do PSD).

Natacha Patinha fez declaração de voto em nome da CDU.

PONTO 3. – 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2017 – PPI e AMR

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU e 8 abstenções (3 do PS, 3 do CDS-PP e 2 do PSD).

PONTO 4 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2017

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU e 8 abstenções (3 do PS, 3 do CDS-PP e 2 do PSD).

PONTO 5 – PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL (PAES)

Submetida à discussão, usou da palavra o senhor vereador Jorge Giro, referindo que em devido tempo e de forma voluntária a Câmara Municipal aderiu ao Pacto de Autarcas. Posteriormente, foi elaborado um Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES), sob compromisso voluntário de com efeitos a 2008 e até 2020 reduzir em 20% a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar em 20% a energia sustentável e assim reduzir a sua pegada energética carbónica, tornando-se assim, um concelho mais amigo do ambiente. Realçou contudo, que para dar resultados terão que ser adotadas novas posturas quer individuais quer coletivas.

Informou ainda, que no concelho já foram instaladas cerca de 300 lâmpadas LED e outras tantas serão colocadas em breve, para além de também já estarem a funcionar os relógios astronómicos. Também a política de transportes terá que sofrer alterações.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

PONTO 6. ENCARGOS COM AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E COORDENAÇÃO TÉCNICA DOS PROCEDIMENTOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOCHETE – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por maioria, com 18 votos a favor da CDU, CDS-PP e PSD e 3 abstenções do PS.

PONTO 7. ENCARGOS COM AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ÍNDOLE FIXA, MÓVEL E DADOS DE ACESSO À INTERNET – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por maioria, com 18 votos a favor da CDU, CDS-PP e PSD e 3 abstenções do PS.

PONTO 8 – ENCARGOS COM AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO (SEGUNDOS SEMESTRES DE 2017, 2018 e 2019) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Iolanda Nunes:

Perguntou a que se deve a disparidade, relativamente aos valores para a medicina no trabalho para 2019, dado o valor em 2018 ser substancialmente mais baixo (menos do dobro).

Com a devida autorização, a Chefe da DAGR (Dr.^a Cláudia Santos), esclareceu que o valor em 2018 está correto porque anualmente todos os trabalhadores da Câmara com mais de 50 anos são obrigados a ir a uma consulta da Medicina de Trabalho e fazer os respetivos exames médicos; para os que têm menos de 50 anos a obrigatoriedade é apenas de dois em dois anos, pelo que em 2018 apenas ficam sujeitos os que têm mais de 50 anos de idade, do que resulta um encargo de inferior.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 23:30 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: